

**Análise dos aspectos clínicos e deontológicos de prescrições provenientes de uma
farmácia hospitalar de Teresina -PI**

**Analysis of clinical and deontological aspects of prescriptions from a hospital
pharmacy in Teresina-PI**

**Análisis de los aspectos clínicos y deontológicos de las prescripciones de una
farmacia del hospital de Teresina -PI**

Recebido: 20/08/2020 | Revisado: 10/09/2020 | Aceito: 18/09/2020 | Publicado: 23/10/2020

Luanda Sínthia Oliveira Silva Santana

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5053-4073>

Faculdade Pitágoras, Brasil

E-mail: lusossantana@gmail.com

Tatiani da Silva Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0841-8423>

Centro Universitário Uninovafapi

E-mail: tatianeb6@icloud.com

Ivis Vinicius de Oliveira Martins

Centro Universitario Santo Agostinho, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3172-1826>

E-mail: ivisMartins17@outlook.com

Suffia de Jesus Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0420-8058>

Associação de ensino superior do Piauí, Brasil

E-mail: suffia.jc@hotmail.com

Lucas de Freitas Leite de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1287-9011>

Centro Universitário Unifacid/Wyden, Brasil

E-mail: lukascontawp@live.com

Gilberto de Sousa Jr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1557-9997>

Centro Universitário Unifacid/Wyden, Brasil

E-mail: gilberto_jr@icloud.com

Alan Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-363X>

Hospital Geral de Fortaleza, Brasil

E-mail: alan_rodrigues.2010@yahoo.com.br

Fábio Vinícius Ferreira Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3083-6098>

Centro Universitario Santo Agostinho, Brasil

E-mail: viniussaferreira@outlook.com

Samuel Torres De Assunção

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3132-8132>

Centro Universitário Unifacid/Wyden, Brasil

E-mail: samueltorres659@gmail.com

Salomão Mendes Amaral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2433-9709>

CEUMA (Centro Universitário do Maranhão)

Email: amaralcmrj@hotmail.comCEUMA

Maria Clara Nolasco Alves Barbosa

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1275-2678>

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Saúde do Piauí, Brasil

E-mail: marianolasco@bol.com.br

Danillo Déric Carvalho Nogueira

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5331-8459>

Centro Universitario Santo Agostinho, Brasil

E-mail: daniloderic@hotmail.com

Pollyanna Spíndola Marques

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6475-4790>

Centro Universitario Santo Agostinho, Brasil

E-mail: Pollyspindola@outlook.com

Resumo

A prescrição medicamentosa tem papel muito importante na prevenção de eventos adversos e danos ao paciente. No Brasil, existem regulamentações sobre a prescrição de medicamentos e sobre aspectos éticos a serem seguidos pelos profissionais envolvidos no processo, sendo a Lei 5991\73 a que demonstra os requisitos para a prescrição ser aviada. O presente estudo apresentou como objetivo analisar o cumprimento dos requisitos compulsórios legais, institucionais e clínicos da prescrição médica de um hospital privado. A presente pesquisa apresenta um perfil quantitativo do tipo descritivo, onde foram analisadas as características 160 prescrições avidas em uma farmácia hospitalar privada de Teresina no período de maio de 2017. Nenhuma das receitas apresentou os requisitos exigidos. Todas possuíam o endereço da instituição, número do prontuário e nome do paciente, a data de emissão estava presente em 99% (nº=158) das prescrições. Todas encontravam-se de forma legível, porém apenas 22% (nº=35) delas estava de acordo com a DBC. Em relação a posologia, cerca de 37% (nº=58) não contatava esse dado, a fórmula farmacêutica estava presente em 81% (nº=138) das receitas, enquanto que apenas 23,75 (nº= 38) apresentam o tempo de tratamento requerido. Quanto à identificação do prescritor 99% (nº= 158) apresentavam assinatura e/ou carimbo do mesmo. Foi possível verificar um considerável número de informações ausentes e incompletas nas prescrições, este panorama comprova o não cumprimento dos dispositivos legais e clínicos, podendo levar a erros de medicação, abusos e ainda uso ilícito de medicação.

Palavras-chave: Prescrições; Erros; legais.

Abstract

Drug prescription plays a very important role in preventing adverse events and damage to the patient. In Brazil, there are regulations on the prescription of medications and on ethical aspects to be followed by the professionals involved in the process, with Law 5991 \ 73 showing the requirements for the prescription to be fulfilled. The present study aimed to analyze compliance with the legal, institutional and clinical mandatory requirements of a private hospital's medical prescription. This research presents a quantitative profile of a descriptive type, where the characteristics of 160 prescriptions fulfilled in a private hospital pharmacy in Teresina were analyzed in the period of May

2017. None of the prescriptions presented the required requirements. All had the institution's address, medical record number and patient's name, the date of issue was present in 99% (# = 158) of the prescriptions. All were readable, but only 22% (n° = 35) of them were in agreement with the DBC. Regarding the dosage, about 37% (n° = 58) did not contact this data, the pharmaceutical formula was present in 81% (n° = 138) of the prescriptions, while only 23.75 (n° = 38) had the time of required treatment. Regarding the identification of the prescriber, 99% (n° = 158) had his signature and / or stamp. It was possible to verify a considerable number of missing and incomplete information in the prescriptions, this panorama proves the non-compliance with legal and clinical provisions, which can lead to medication errors, abuse and even illicit use of medication.

Keywords: Prescriptions; Errors; cool.

Resumen

La prescripción de medicamentos juega un papel muy importante en la prevención de eventos adversos y daños al paciente. En Brasil, existen regulaciones sobre prescripción de medicamentos y sobre aspectos éticos a seguir por los profesionales involucrados en el proceso, con la Ley 5991 \ 73 que establece los requisitos para el cumplimiento de la prescripción. El presente estudio tuvo como objetivo analizar el cumplimiento de los requisitos legales, institucionales y clínicos obligatorios de la prescripción médica de un hospital privado. Esta investigación presenta un perfil cuantitativo de tipo descriptivo, donde se analizaron las características de 160 prescripciones atendidas en una farmacia hospitalaria privada de Teresina en el período de mayo de 2017. Ninguna de las prescripciones presentó los requisitos exigidos. Todos tenían dirección de la institución, número de historia clínica y nombre del paciente, la fecha de emisión estuvo presente en el 99% (# = 158) de las recetas. Todos eran legibles, pero solo el 22% (n° = 35) de ellos estaban de acuerdo con el DBC. En cuanto a la posología, alrededor del 37% (n° = 58) no contactaba con este dato, la fórmula farmacéutica estaba presente en el 81% (n° = 138) de las prescripciones, mientras que solo 23,75 (n° = 38) tenían el tiempo de tratamiento requerido. En cuanto a la identificación del prescriptor, el 99% (n° = 158) tenía su firma y / o sello. Se pudo constatar una cantidad considerable de información faltante e incompleta en las prescripciones, este panorama evidencia el incumplimiento

de las disposiciones legales y clínicas, que pueden derivar en errores de medicación, abuso e incluso uso ilícito de medicamentos.

Palabras llave: Recetas; Errores; frio.

Introdução

A prescrição medicamentosa é um documento com valor legal escrito por profissionais habilitados dirigidos ao farmacêutico, que define como o fármaco deve ser dispensado ao paciente, e a este, determina as condições em que o medicamento deve ser utilizado. A prescrição medicamentosa tem papel muito importante na prevenção de eventos adversos, uma vez que erros de prescrição podem ocasionar utilização errônea dos medicamentos, causando os mesmos (OLIVEIRA; LIMA, MARTINS, R. C, 2015).

De acordo com a Portaria GM/MS 3.916/98 (BRASIL, 1998), a prescrição é o ato de definir o medicamento a ser consumido pelo paciente, com a respectiva dosagem e duração de tratamento. Em geral, esse ato é expresso mediante a elaboração de uma receita médica. No Brasil, existem regulamentações sobre a prescrição de medicamentos e sobre aspectos éticos a serem seguidos pelos profissionais envolvidos no processo. As principais normas que versam sobre a prescrição de medicamentos são a Lei Federal nº 5991\73 e o Decreto nº 3181\99 que regulamenta a Lei nº 9787\99, bem como a Resolução – CFF nº 357\01 (MASTROIANNI, 2014).

O farmacêutico é o profissional que mais tem contato com o paciente após o mesmo sair da consulta médica, o primeiro contato do paciente e o farmacêutico é através das receitas, dessa forma muitas vezes o erro na prescrição prejudica a atuação deste profissional, podendo ocasionar uma dispensação errada, transtornos aos pacientes que podem ter suas prescrições barradas, por erros (GONÇALVES; BARROS, 2019). Dessa forma as receitas médicas caracterizam-se, portanto, por um procedimento multiprofissional, estando todos os sujeitos a legislação de controle e vigilância sanitária. Há aspectos éticos a serem seguidos descritos no Código de Ética Médica e Código de Ética da Profissão Farmacêutica (VALADÃO et al., 2009).

De acordo com a Lei 5991/73, a prescrição hospitalar para ser aviada deve ser clara, legível e completa, apresentando em geral o nome do paciente, número do leito, data de emissão, o nome do medicamento a ser administrado de acordo a Denominação

comum Brasileira (DCB/DCI), a forma farmacêutica, posologia completa, duração do tratamento, e a assinatura legível do médico e o número de seu registro. Infelizmente algumas vezes esses requisitos não são atendidos, gerando danos ao paciente, profissionais envolvidos e ao próprio hospital (AGUIAR; SILVA; FERREIRA, 2014).

O presente estudo apresentou como objetivo analisar o cumprimento dos requisitos compulsórios legais, institucionais e clínicos da prescrição médica de um hospital privado, a fim de se obter um diagnóstico da situação, para então serem aplicadas as medidas corretivas, evitando dano aos pacientes.

Metodologia:

A presente pesquisa apresenta um perfil quantitativo do tipo descritivo, onde foram analisadas as características 160 prescrições avidas em uma farmácia hospitalar privada de Teresina no período de setembro de 2019. Os requisitos de avaliação foram: Possuir endereço da instituição, número do prontuário, nome do paciente, data de emissão, legibilidade nomenclatura oficial do fármaco (DCB/DCI), posologia, forma farmacêutica, tipo de administração, tempo de tratamento, assinatura e/ou carimbo do prescritor. Foram excluídas prescrições que aviadas fora do mês de estudo da pesquisa. Os dados coletados na pesquisa foram compilados e analisados por meio gráfico, através do Microsoft Office Excel® 2016

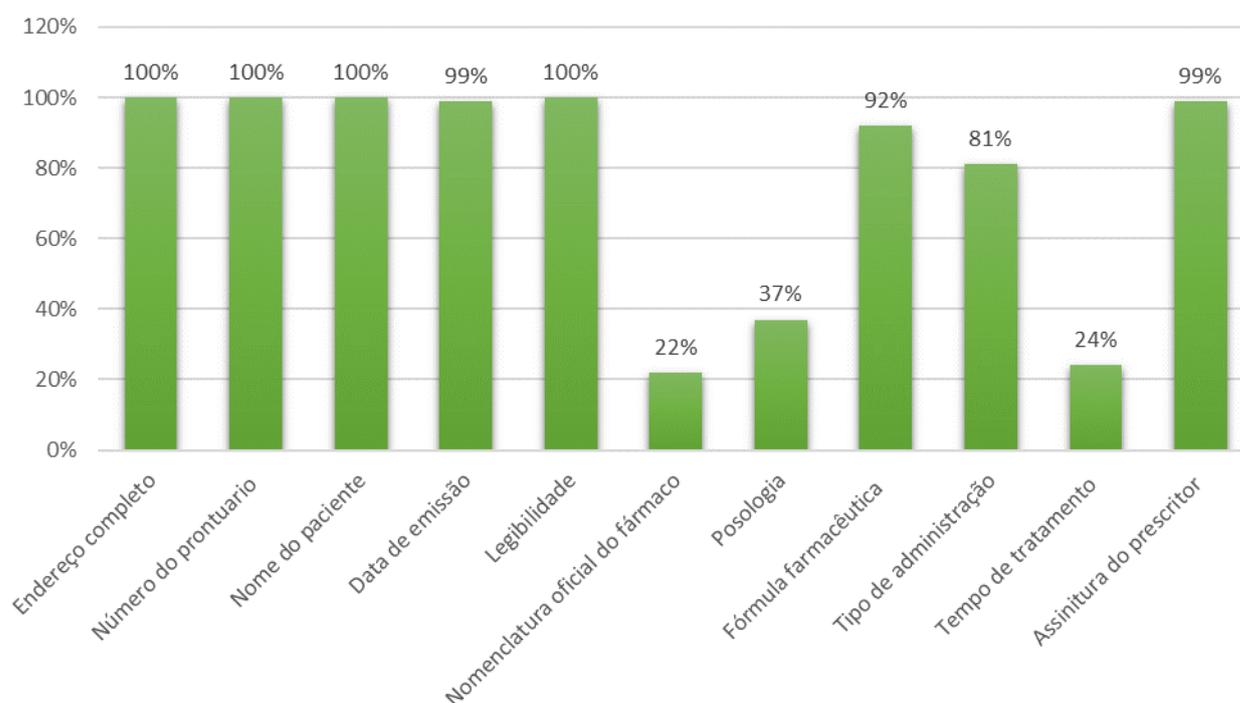
Por tratar-se de análise de dados que tem como finalidade de avaliar somente a estrutura das prescrições médicas, sendo estes dados secundários que não expõem nomes de pacientes ou quaisquer informações sobre os mesmos ou sobre sua história clínica, não houve necessidade de apreciação em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), estando de acordo com a resolução de número 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

Resultados:

Foram analisadas 160 prescrições, nenhuma delas apresentou todos os requisitos exigidos. Todas possuíam o endereço da instituição, número do prontuário e

nome do paciente, a data de emissão estava presente em 99% (n°=158) das prescrições. Todas as prescrições encontravam-se de forma legível, porém apenas 22% (n°=35) delas estava de acordo com a DBC, sendo que 78% (n°=125) apresentava algum medicamento apenas com nome comercial. Em relação a posologia, cerca de 37% (n°=58) não contatava esse dado, a fórmula farmacêutica estava presente em 92% (n°= 138) das receitas, enquanto que apenas 23,75 (n°= 38) apresentam o tempo de tratamento requerido. Quanto à identificação do prescritor 99% (n°= 158) apresentavam assinatura e/ou carimbo do mesmo (Figura 1).

Figura 1- Frequência dos itens avaliados segundo os requisitos descritos nos dispositivos legais.



Dados da pesquisa (2019)

Discussão

Analisando os resultados encontrados é possível perceber que, apesar dos avanços, as prescrições ainda apresentam erros graves, sendo que nenhuma das 160

prescrições analisadas estavam totalmente corretas, o que pode ocasionar erros de prescrição, estes ocorrem principalmente quando acontecem enganos relacionados com à decisão ou à redação da prescrição, podendo levar a diminuição da efetividade do tratamento do paciente (ANTUNES et al 2014). Os erros devido à prescrição contribuem significativamente para o índice total de erros de medicação e têm elevado potencial para resultarem em consequências maléficas para o paciente (MARTINS, 2017).

Estudo anteriores Mastroianni (2009) e Martins et al (2014) identificaram prescrições sem o nome do paciente, tal fato não foi encontrado nesse estudo, uma vez que todas as prescrições eram digitalizadas e todas as prescrições apresentavam o endereço, o nome do paciente e o número do prontuário, além disso todas encontravam-se legíveis, fatos que demonstram uma evolução e ajuda diretamente os profissionais envolvidos com a dispensação a identificarem corretamente o paciente que vai receber a medicação e qual o medicamento.

Entretanto apenas de 22 % das prescrições apresentam a nomenclatura oficial de acordo com a BDC, número considerado baixo, já que neste âmbito a prescrição médica e odontológica deve obrigatoriamente ser realizada pela denominação genérica, o estudo Martins et al. (2014) mostrou que as prescrição com denominação genérica foi mais alto do que a comercial.

As prescrições que não apresentavam o nome da substância ativa, pode ser devido a uma falha na divulgação e conscientização na adesão pela DCB e conseqüentemente um comprometimento no acesso aos medicamentos, pois o paciente fica sem a opção da intercambialidade de um medicamento mais barato e de mesma segurança, qualidade e eficácia que o medicamento de referência/marca (PINHEIRO DA SILVA et al., 2020). Essa incoerência pode gerar confusão na hora de dispensação do mesmo, uma vez que o profissional que esteja fazendo isso pode confundir o nome do medicamento. Estes erros são evitáveis, e pode impedir ocorram dano ao paciente, basta uma atenção maior por parte do prescritor (BARRETO, 2019).

Menos das metades das prescrições apresentavam a posologia (37%), na dispensação de medicamentos, é de suma importância informações adequadas sobre a posologia do medicamento prescrito, como: a forma correta da sua utilização, explicando detalhadamente sobre suas dosagens e intervalos entre as doses e duração do

tratamento, a ausência dessas informações dificulta a dispensação da quantidade correta de medicamento para atender o tratamento completo do paciente, além de prejudicar a administração do medicamento (BANDEIRA et al., 2015).

Várias prescrições mostram a duração do tratamento ausente (64%), o fato da maioria não apresentar duração do tratamento, pode contribuir para resistência, no caso dos antibióticos, pois os mesmos podem ser dispensados em uma quantidade inferior ao desejado para o tratamento completo do paciente (LOUREIRO et al., 2016; LIMA ; ABREU, 2017).

Conclusões:

Foi possível verificar um considerável número de informações ausentes e incompletas nas prescrições de medicamentos analisadas, principalmente a omissão do nome da substância do medicamento, ausência de posologia e de tempo de tratamento. Desta forma, este panorama comprova o não cumprimento dos dispositivos legais e clínicos, podendo levar a erros de medicação, abusos e ainda uso ilícito de medicação, o que pode prejudicar a terapia do paciente.

Referências

ANTUNES, L. S. et al. Percepção e utilização da educação em saúde para o uso racional de medicamentos por médicos. **Revista Brasileira de Promoção e Saúde**, Fortaleza. v.27, n. 4, p. 485-494, 2014.

BANDEIRA, V. A. C., et al. Análise das prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ijuí – RS. **Revista de Saúde**, v. 41, n. 1, jan./jul., p.229-238, 2015.

BARRETO, I. G. B. **Qualidade das Prescrições Médicas do Setor de Clínica Médica do Hospital Público da Cidade de Maringá**. Artigo apresentado ao curso de graduação em Farmácia do Centro Universitário de Maringá. 2019.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 3916 de 30 de outubro de 1998. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 de novembro de 1998.

GONÇALVES, J. Q.; BARROS, K. B. N. T. Percepção do conhecimento de discentes do curso de farmácia relacionado às atribuições clínicas. **Mostra Científica da Farmácia**, v. 6, n. 1, 2019.

LIMA, M. C. S.; ABREU, B. S. RDC 20/2011: Análise de prescrições médica de antimicrobianos em uma drogaria do Distrito Federal. **Rev. Cient. Sena Aires**. v. 2, p. 103-8, 2017.

LOUREIRO, R. J. et al. O uso de antibióticos e as resistências bacterianas: breves notas sobre a sua evolução. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p.77-84, 2016.

MARTINS, A. A. **O processo de cuidado farmacêutico em um hospital pediátrico de Brasília e sua contribuição para o uso racional de medicamentos**. 2017.

MASTROIANNI, P.C. Análise dos aspectos legais das prescrições de medicamentos. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica Aplicadas.**, v.30, p.173, 2009.

OLIVEIRA, A. A. de; LIMA, R. P. de A.; MARTINS, R. C. Análise da qualidade das prescrições médicas do hospital público em Mirante da Serra/RO atendidas em uma farmácia comunitária. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 6, ed. 1, p. 38-47, 2015.

PINHEIRO DA SILVA, A. E.; BONFIM, A. J.; BARROSO OLIVEIRA, F. C. Utilização de medicamentos genéricos em um estabelecimento farmacêutico do município de Teresina (PI). **Revista Facitec**, v. 11, n. 1, 2020.

RÊGO, M. M. do; COMARELLA, L. O papel da análise farmacêutica da prescrição médica hospitalar. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**, v.7, n. 4, 2015.

ROCHA, F. S. R. et al. Tipos e Causas de Erros no Processo de Medicação na Prática Assistencial da Equipe de Enfermagem. **Unimontes científica: Montes Claros**, 2015.

VALADÃO, A. F.; MOREIRA, A. L. de P.; ANDRADE, L. C.; PIRES, C. A.; FIRMINO, K. F.; BRUM, C. de A. Prescrição médica: um foco nos erros de prescrição. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 90, n. 4, p. 340-343, 2009.